

**PM PERNAMBUCO**

**AULÃO ON-LINE  
17 DE SETEMBRO**

**COMANDO 16**  
**DA MADRUGADA**

# P DIREITO E

## VIVIANE MAIA

1. John, de nacionalidade estrangeira e que veio a se naturalizar brasileiro, tinha sido condenado, anteriormente, em seu país de origem, em sentença judicial transitada em julgado, pela prática de crime comum. Após anos de negociação, o seu país de origem celebrou tratado de extradição com o Estado brasileiro e requereu a extradição de John.  
À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que John:
  - A) não pode ser extraditado, pois o Brasil não extradita os seus nacionais;
  - B) não pode ser extraditado, salvo se, previamente, for declarada a perda da nacionalidade brasileira;
  - C) pode ser extraditado em razão da natureza do crime e do momento em que o praticou, sendo-lhe aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente;
  - D) poderia ser extraditado em razão da natureza do crime e do momento em que o praticou, mas não lhe é aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente;
  - E) poderia ser extraditado, como qualquer nacional, nato ou naturalizado, em razão da natureza do crime, mas não lhe é aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente.
2. A aquisição da nacionalidade secundária:
  - A) é obtida por nascido no estrangeiro, desde que descenda de nacional.
  - B) não é prevista pelo ordenamento jurídico brasileiro, que adota o critério do *ius soli*.
  - C) compreende duas espécies, ordinária e extraordinária, segundo os requisitos exigidos em lei e na Constituição.
  - D) atende os sistemas do *ius sanguinis*, *ius soli* e misto.
3. Considerando a aquisição originária e derivada de nacionalidade, estabelecida no ordenamento jurídico brasileiro, marque a alternativa correta.
  - A) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
  - B) Suponha que João nasça no Brasil e seja filho de pai e mãe argentinos que estejam em território brasileiro a serviço do Uruguai. João não será brasileiro nato, pois seus pais estão a serviço do Uruguai.
  - C) São brasileiros natos aqueles que nascem no exterior de pai ou mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e optem, a qualquer tempo, após a maioridade, pela nacionalidade brasileira, ou que sejam registrados em repartição brasileira competente.
  - D) Sobre nacionalidade, é certo dizer que os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, são brasileiros naturalizados.
4. A Constituição Federal de 1988 dispõe que não deve haver distinção legal entre brasileiros natos e naturalizados, com exceção dos casos previstos no próprio texto constitucional. Conforme as disposições da Constituição Federal de 1988, são privativos de brasileiros natos os cargos de
  - A) ministro do Superior Tribunal de Justiça e oficial das Forças Armadas.
  - B) carreira diplomática e ministro da justiça.
  - C) presidente da República e presidente do Superior Tribunal de Justiça.
  - D) presidente do Senado Federal e vice-presidente da República.
  - E) ministro do Supremo Tribunal Federal e ministro da Casa Civil.
5. Sobre a condição de brasileiro nato e naturalizado, assinale a alternativa INCORRETA.
  - A) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
  - B) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
  - C) Os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República são privativos de brasileiros natos.
  - D) O cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal pode ser ocupado por brasileiro naturalizado.
  - E) Os cargos da carreira diplomática são privativos de brasileiros natos.
6. Sob a ótica eleitoral constitucional, sabe-se que é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados determinados preceitos. Desse modo, NÃO é um desses preceitos:
  - A) Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
  - B) Prestação de contas à Justiça Eleitoral.
  - C) Caráter regional.
  - D) Funcionamento parlamentar de acordo com a lei.
7. A respeito dos Partidos Políticos, a Constituição Federal assegura que
  - A) é livre sua criação, fusão, incorporação e extinção, resguardados a soberania nacional, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observado o caráter regional.
  - B) antes de adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.



- C) estão proibidos de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro e de se subordinar a estes, devem prestar contas à Justiça Eleitoral e ter funcionamento parlamentar de acordo com a lei.
- D) podem adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias e nas proporcionais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- 8.** Zeca, nascido na Guiana Francesa e filho de pai brasileiro, teve seu nascimento registrado em repartição brasileira competente e optou pela nacionalidade brasileira. Com 21 anos de idade e domiciliado no estado do Amapá, Zeca pretende candidatar-se ao cargo de deputado estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, embora ainda não possua filiação partidária. Nessa situação hipotética, nos termos da CF,
- A) Zeca precisa filiar-se a algum partido para concorrer como candidato a cargo público elegível.
- B) Zeca é inelegível por ter nascido na Guiana Francesa.
- C) O local de residência de Zeca é irrelevante para concorrer ao cargo de deputado estadual.
- D) Zeca seria considerado brasileiro naturalizado somente se sua mãe e seu pai fossem brasileiros natos.
- E) A idade de Zeca o impede de concorrer ao cargo de deputado estadual.
- 9.** Sobre os direitos políticos previstos na Constituição, é CORRETO afirmar:
- A) O militar alistável é elegível, devendo necessariamente afastar-se da atividade, se contar com mais de dez anos de serviço.
- B) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, os analfabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- C) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos, para concorrerem a reeleição, devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- D) As alterações legislativas que alterarem o processo eleitoral entrará em vigor na data da sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- E) É vedada a cassação de direitos políticos cuja perda ou suspensão só se dará quando houver cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- 10.** Aponte quais dos direitos abaixo identificados NÃO é um direito social expresso na Constituição Federal de 1988.
- A) Saúde.
- B) Alimentação.
- C) Propriedade.
- D) Segurança.
- E) Previdência social.

- 11.** Considerando-se o surgimento e a evolução dos direitos fundamentais em gerações, é correto afirmar que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado, pela doutrina, direito de
- A) primeira geração.
- B) segunda geração.
- C) terceira geração.
- D) quarta geração.
- E) quinta geração.
- 12.** De acordo com a Constituição Federal e acerca da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, **assinale a alternativa INCORRETA.**
- A) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- B) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- C) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, não cabendo a indenização por dano material, moral ou à imagem.
- D) É livre a manifestação do pensamento, vedando-se o anonimato.
- E) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- 13.** Os policiais Daniel, André, Teobaldo e Paulo depararam-se com as seguintes situações no exercício da sua atividade profissional.
- Daniel estava diante de uma residência, durante a noite, quando constatou que um dos residentes estava em flagrante delito, mas Lúcio não dispunha de mandado de prisão contra nenhum residente do imóvel.
  - André estava diante de uma residência, durante o dia, quando o único morador do imóvel necessitava da prestação de socorro.
  - Teobaldo estava diante de uma residência, durante a noite, com mandado de prisão para o morador.
  - Paulo estava diante de uma residência, durante a noite, quando aconteceu um desastre, a barreira deslizou e caiu sobre a casa em que tinha pessoas dentro.
- Nessas situações hipotéticas, mesmo sem o consentimento do morador, poderão entrar na residência
- A) Daniel, André, Teobaldo e Paulo.
- B) somente Daniel e Teobaldo.
- C) Somente Daniel e Paulo.
- D) Apenas Daniel, André e Paulo.

- 14.** De acordo com a CF, são gratuitas as ações de
- mandado de segurança e mandado de injunção.
  - habeas corpus e mandado de injunção.
  - habeas data e mandado de segurança.
  - habeas corpus e habeas data
- 15.** Se uma pessoa tiver o exercício de sua cidadania inviabilizado por falta de norma regulamentadora, o remédio constitucional adequado para viabilizar o seu direito será o
- mandado de segurança.
  - mandado de injunção.
  - habeas corpus.
  - habeas data.
- 16.** Assinale a alternativa correta em relação ao disposto no artigo 5º da Constituição da República.
- A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
  - No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, mediante prévia indenização ao proprietário.
  - As associações só poderão ter suas atividades compulsoriamente suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
  - A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
  - É livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.
- 17.** Considerando-se a Constituição Federal, sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, analisar os itens abaixo:
- Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
  - A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- Os itens I e II estão corretos.
  - Somente o item I está correto.
  - Somente o item II está correto.
  - Os itens I e II estão incorretos.

- 18.** Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, considere:
- As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.
  - No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, mesmo que não haja dano, uma vez que este é presumido.
  - A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
  - Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- Alternativas
- II e III.
  - II, III e IV.
  - III e IV.
  - I e II.
  - I e IV.



UMA HISTÓRIA  
DE MUITAS  
APROVAÇÕES



PM PE 2018

1 lugar geral

+250

Classificados  
entre  
as vagas!

EP APROVA

